

## NESTA EDIÇÃO

**CANC apresenta resultado do Questionário sobre a Implementação do IFRS 16 nas Companhias, 2**

**Custo de observância será tema de painel no 5º Encontro de Direito das Companhias Abertas, 4**

**B3 e Bradesco desenvolvem plataforma em blockchain voltada ao mercado de capitais, 4**

**Pesquisa da CNDL e SPC, com apoio da CVM, revela perfil do investidor brasileiro, 4**

**CVM é reeleita para presidir o Comitê da IOSCO de Políticas para Educação e Proteção do Investidor, 5**

**Emissões de dívidas atraem empresas para o mercado de capitais, 5**

**Abrasca participará do fórum da Receita Federal sobre o eSocial, 5**

**Representantes da Abrasca no Fórum SPED ECD, ECF e Central de Balanços, 6**

**CANC continua análise de parcerias agrícolas em função do novo IFRS 16, 6**

### **Notas, 6**

*Bradesco adquire controle de empresa de recuperação de crédito  
Mindset digital no Conselho de Administração da CVC*

### **Semana no Congresso, 6**

**Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018/2019, 7**

## **Expediente**

**Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA** é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - [www.Abrasca.org.br](http://www.Abrasca.org.br) - [Abrasca@Abrasca.org.br](mailto:Abrasca@Abrasca.org.br)

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim

Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho - 3º Vice-Presidente; Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

## **CANC apresenta resultado do Questionário sobre a Implementação do IFRS 16 nas Companhias**

Presentes: Adalto Turco (Glencore), Alexandre Furtado (**Abrasca**), Alexandre Ribeiro (Raízen), Aline Silva (Slc Agrícola), Ana Carolina Ferrara (Tokio Marine), Andrea Barana (C&A), Anthony Muller (Burgerking), Arnaldo Pereira (Ferbasa), Arthur Santos (Presidente da CANC), Barbara Sayago (Adecoagro), Bruna Carla (Camil), Carla Renata (Fibria), Daniel Ronze (Raia Drogasil), Daniela Florindo (Raízen), Débora Periotto (São Carlos), Denise Vasconcellos (Biosev), Edson Teixeira (Irko), Eduardo Freitas (Wilson Sons), Eduardo Maia (Magazine Luíza), Ellen Cavalcante (Biosev), Eloiza Pereira (Claro), Fábio Romanin (Banco Indusval), Felipe Soares (Burgerking), Fernanda Porto (Vix), Fernando Figueiredo (Adecoagro), Gisele Schneider (Grupo Fleury), Helder Walter (Engie), Hugomar Spelta Martins (Csn), Jessica Aguiar (Banco Randon), Jessica Maria Mariano (São Carlos), Jorge Ressati (Tokio Marine), José André Carlos (São Martinho), José Carlos Layber (Ultra), José Roberto Diniz (Mrv), José Victor Souza (Vale), Juliana Ferreira (São Carlos), Juliane dos Santos (Votorantim), Julio Oliveira (Biosev), Karina Cortez (Grupo Fleury), Kelly Aguiar (Tokio Marine), Leandro Kato (Aegea), Luciana Aguiar (Bocater, Camargo, Costa e Silva Rodrigues Advogados), Luciana Honda (Cpfl Renováveis), Maria Cristina Navarro (Copel), Maristela Pereira (Biosev), Mateus Teixeira (Kinross), Max Porto (Nicross), Nicolas Metta (Qualicorp), Nívea Carolina (Grupo Fleury), Pablo Lopez (Adecoagro), Patricia Guedes (Via Varejo), Paulo Sergio Baldissera (Rni), Priscila Farisco (Madrona Advogados), Raquel Goia (Tokio Marine), Regina Henriques (São Carlos), Regiane Lorena (Tokio Marine), Renan Melo (Claro), Renata de Paula (Cruzeiro do Sul), Renata Elisa (Banco Randon), Renata Ferreira (Csu), Ricardo Mansoldo (Bradesco), Ricardo Ramos (Ultra), Rodrigo Pereira Nunes (Ultra), Rofane Censi (Cruzeiro do Sul), Ronaldo Tadeu (Ultra), Rosana Abud (Ultra), Selma Costa Maria (Grupo Globo), Sergio

Yamazaki (Tokio Marine), Silvio Roberto Camargo (Klabin), Sônia Standen (Bradesco), Tatiana Oliveira (São Carlos), Thiago Kenzo (Embraer), Valéria Cordoni (Claro), Valéria Nascimento (Madrona Advogados), Vanessa Aragão (São Carlos), Vinicius Cunha (Vale), Wellington Bravo (Raízen).

A CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da **Abrasca** – se reuniu pela sétima vez em 2018, no dia 05 de outubro, através de videoconferência.

A reunião contou com a participação de mais de 70 membros da Comissão, que debateram os seguintes tópicos: (1) Resultado da Pesquisa da CANC sobre implementação nas empresas do IFRS 16 – Leasing e; (2) Lista de questionamentos à Receita Federal do Brasil sobre a ECF e ECD do SPED.

Resultado do Questionário da CANC sobre implementação nas empresas do IFRS 16 – Leasing.

O resultado do Questionário realizado pela CANC sobre o andamento do processo de implementação nas empresas do novo IFRS 16 – arrendamento mercantil – foi apresentado para a Comissão.

Foram poucas respostas obtidas, apenas 8. Segundo os participantes, isto demonstra que a maioria das empresas ainda está em fase de análise dos impactos do normativo para decidir sobre a melhor estratégia de implementação. No entanto, durante a reunião as empresas que ainda não haviam respondido tiveram a oportunidade de fazê-lo.

O debate girou em torno das respostas do questionário e também das dúvidas relativas principalmente a tributação, contabilização e implementação processual da norma. Veja a seguir:

1. Qual será o modelo de transição escolhido pela sua empresa: completo ou simplificado?

- 1 empresa respondeu que optará pelo modelo completo;
- 6 escolheram o modelo simplificado;
- 1 ainda não decidiu pelo modelo, por ainda não ter escolhido a estratégia de implementação.

Durante a videoconferência, 5 membros da CANC manifestaram que o modelo escolhido pelas suas empresas será o simplificado, somando com isso um total de 11 empresas que escolheram este modelo.

Ponderou-se que esse resultado é similar às pesquisas realizadas na Europa em que mais de 90% das empresas escolheram o modelo simplificado, princi-

palmente, como será demonstrado na próxima questão, apresentada abaixo, pela menor complexidade e tempo requerido para implementação da norma.

Quais foram os fatores-chaves que influenciaram na escolha do modelo de transição?

Os seguintes fatores-chaves influenciaram as empresas para escolher o modelo simplificado:

- orientação da holding da empresa;
- complexidade;
- processos mais práticos;
- taxa de desconto;
- menor impacto no patrimônio líquido;
- dificuldade de aplicação prospectiva para toda a base de arrendamentos operacionais vigentes;
- dificuldade de retroação dos impactos;
- melhor gestão dos ativos de baixo valor e (9) mais fácil entendimento pelo leitor das demonstrações financeiras.

A única empresa que escolheu o modelo completo disse que os fatores de influência para essa escolha foi a materialidade e o volume de seus contratos.

Foi também manifestada a preocupação dos participantes com relação a mudança orçamentária devido a escolha dos modelos de transição que pode acarretar em impactos tributários. Porém, antes da regulação ser elaborada, a Receita Federal deverá aplicar o mesmo tratamento já previsto na Lei 12.973/14 aos contratos de arrendamento financeiro, ou seja, a neutralidade com controles no LALUR.

2. A sua empresa optará por rever seus contratos de leasing ou de aluguel?

- 2 empresas responderam que optaram pela revisão de seus contratos;
- 2 empresas estão avaliando rever os contratos;
- 3 empresas estão avaliando se optam pela revisão ou não de seus contratos;
- 1 ainda não escolheu a estratégia de implementação do IFRS 16.

Durante a videoconferência, 3 membros da CANC manifestaram que suas empresas não vão rever os seus contratos de leasing e de aluguel e; 1 participante disse que a decisão de sua empresa é pela alteração contratual.

Um participante relatou que o time de auditoria interna de sua empresa está realizando trabalhos direcionados para a revisão de modelos de contratos de leasing e aluguel, mas algumas informações cruciais, como por exemplo, os prazos, não estão inclusos em todos os contratos, aumentando a dificul-

dade de avaliar pela alteração ou não do contrato.

Por fim, no debate verificou-se que a diversidade de tipos de contratos é outro fator que está influenciando negativamente a tomada de decisão das empresas em relação a implementação da norma, segundo a Comissão. Não há padrões contratuais que facilitem o trabalho e uso, por exemplo de TI.

3. Quais KPIs (Fatores Chave de Performance) de sua empresa estão sendo consideradas mais sensíveis para a implementação do IFRS 16?

Os seguintes fatores (KPIs) foram considerados pelas empresas:

- ebitda;
- dívida financeira líquida;
- covenants financeiros,
- indicadores de juros;
- gastos administrativos;
- amortizações;
- determinação do prazo de endividamento;
- fluxo de caixa;
- nível de endividamento;
- liquidez geral;
- imobilização;
- tecnologia da informação.

4. A alta administração da empresa ajustará o Ebitda a fim de minimizar os efeitos de comparação dos resultados das unidades de negócio?

- 5 empresas responderam que ainda estão avaliando se ajustam ou não o Ebitda;
- 2 empresas responderam que estão avaliando ajustar o Ebitda.
- 1 ainda não escolheu a estratégia de implementação do IFRS 16.

Alguns participantes da reunião relataram durante o debate que suas empresas ainda não definiram o que fazer em relação ao Ebitda.

5. Qual a taxa de desconto a ser utilizada pela empresa e quais os fatores que definiriam esta decisão?

As empresas listaram as seguintes taxas de desconto a serem utilizadas:

- Taxa de financiamento para transações semelhantes;
- Taxa de captação ajustada para o prazo do leasing;
- Taxa obtida junto a instituição financeira;
- Taxa de captação das debêntures;
- Por questões contratuais, de não existência de uma taxa embutida de arrendamento verificável, a empresa está estudando a opção de embutir no custo de captação o risco do ativo subjacente.

Os fatores incluídos pelos participantes da reunião para a decisão foram a orientação dos auditores e a maior objetividade na definição, com uma correta mensuração do risco de crédito numa possível tomada de recursos.

6. Para os contratos que estão encerrando e serão renovados: quanto tempo antes da assinatura do contrato há razoável certeza da renovação? A sua empresa fará a apropriação antecipada do novo período antes da assinatura da renovação deste contrato?

Para as empresas respondentes não há uma única forma de análise para a renovação, 1 empresa respondeu que apenas considerará ter certeza no ato da renovação do contrato de leasing, na assinatura do novo contrato. Não definiu se fará apropriação antecipada antes da assinatura do novo contrato.

Para outra empresa respondente, dependerá do tipo de bem arrendado para a definição da certeza de renovação. Não fará apropriação antecipada antes da assinatura do novo contrato.

Para 2 respondentes, as suas empresas têm certeza da renovação, anualmente. Para uma delas, pesa o fato da alta administração sempre analisar a base de contratos e decidir quais serão mantidos.

Para outra empresa, a certeza de renovação se dá na elaboração de contrato aditivo e a companhia ainda está avaliando os impactos de uma apropriação antecipada antes da assinatura do novo contrato.

Já para outra empresa respondente, a cada 6 meses há certeza da renovação do contrato, no caso dos imóveis e, para os demais tipos de contrato, a cada mês. Além disso, não está definido se apropriarão ou não antecipadamente, apenas se houver a expectativa de renovação.

Por fim, uma empresa ainda não está com a estratégia de implementação do IFRS 16 definida e outra disse que este item do questionário não é aplicável a ela.

7. Sistemas – Qual o sistema ERP utilizado pela sua empresa? Como está o processo de adequação desse sistema?

Os sistemas mais utilizados pelas empresas foram o SAP, Nakisa, Oracle, ITC, RTX, RM. Inclusive para os participantes da videoconferência. O processo de adequação está ocorrendo neste momento para a grande maioria das empresas, 5 responderam estar iniciando esse processo e 1 empresa está em fase avançada. Uma

empresa não respondeu e uma outra ainda não definiu a estratégia.

8. Equipes de Trabalho – Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na implementação do IFRS 16? Quantas áreas da empresa? Houve necessidade de apoio de consultoria externa? Qual a consultoria que está sendo utilizada na implementação do IFRS 16?

Para uma empresa, diversas áreas, principalmente a contabilidade, além de consultoria externa BIP, estão trabalhando no processo.

Para outra empresa respondente, são 3 colaboradores da área de contabilidade, além de 4 de outras áreas da empresa. Adotaram consultoria externa, a EY.

Para uma empresa, foram são 6 áreas envolvidas, com 6 profissionais responsáveis e consultoria externa, nesse caso, a PwC.

Outra respondente disse que três áreas estão envolvidas no processo de implementação, Real Estate, Controladoria e Normas Contábeis, com um total de total de 6 colaboradores. A consultoria externa adotada foi a KPMG.

Para outra empresa, 2 colaboradores estão envolvidos no projeto de implementação do IFRS 16 e estão utilizando uma consultoria contratada globalmente pela matriz.

Em outra empresa, são 4 colaboradores envolvidos. A princípio, serão no mínimo 4 áreas envolvidas. Não usarão consultores externos.

Já para outra empresa, há 1 pessoa como ponto focal da controladoria e um ponto focal por área, cada uma com 5 pessoas/áreas, além da consultoria externa. Para o diagnóstico foi contratada uma consultoria externa, a Grant Thornton.

Por fim, a oitava respondente que já decidiu a estratégia de implementação está envolvendo as áreas de TI, Expansão/imobiliário, jurídico, tax e planning, cerca de 6 pessoas. A empresa está em processo de contratação de consultoria externa para isso, a escolha deve girar em torno das big 4 de auditoria.

Outras questões foram postas na reunião pelos participantes, que obtiveram sugestões de como melhor implementar.

Por fim, os membros da CANC decidiram pela realização de um seminário com a participação do CPC, Receita Federal, CVM, Ibracon e empresas, denominado “IFRS 16 Day”, no fim de novembro, dia 27, para tentar elucidar e trocar experiências sobre o novo normativo.

Lista de questionamentos à Receita Federal do Brasil sobre a ECF e ECD do SPED

No dia 10 de outubro a **Abrasca** participará do Fórum do SPED da Receita Federal que debaterá a ECF, ECD e a Central de Balanços. Os representantes serão o Paulo Lima, do Grupo Pão de Açúcar, e o Silvio Roberto, da Klabin.

Os participantes elencaram alguns questionamentos relativos principalmente ao controle do LALUR, por conta do novo normativo do IFRS 16 sobre arrendamento mercantil.

Além disso, listaram outras questões para serem incluídas nos questionamentos, caso haja tempo de se manifestar no Fórum da Receita.

Diante do pouco tempo para debate, a CANC deliberou que as empresas que tiverem pontos de aprimoramento da ECD e ECF deverão enviar suas sugestões até o dia 09/10 para o Alexandre Furtado incluir na lista que será levada para o Fórum pelos representantes da **Abrasca**.

Além disso, foi reinstalado o Grupo de Trabalho da CANC sobre o SPED para que elas possam dirimir dúvidas sobre os dois sistemas.

Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou-se a reunião.

## Custo de observância será tema de painel no 5º Encontro de Direito das Companhias Abertas

A **Abrasca** realizará a 5ª edição deste importante e consolidado evento, que tem como objetivo a discussão de temas atuais da área.

“Desde 2017 estamos desenvolvendo, em parceria com a CVM e a B3, o projeto [abertas+SIMPLES], visando à simplificação dos formulários e procedimentos exigidos pela regulação e autorregulação das companhias abertas. E este é um momento importante para destacarmos o assunto, tão caro ao mercado de capitais”, resumiu Alfred Plöger, presidente do Conselho da **Abrasca**, que fará pronunciamento de abertura do evento.

O painel **Como reduzir o custo de observância** debaterá o esforço da **Abrasca**, iniciado em 2017, para propor a simplificação ampla dos formulá-

rios e procedimentos exigidos pela regulação e autorregulação das companhias abertas. O debate será moderado por Alessandra Polastrini, Consultora [abertas+SIMPLES], **Abrasca**.

Mais informações pelo telefone (11) 3107-5557 e 3104-1794 ou pelo email [nilsonjunior@abrasca.org.br](mailto:nilsonjunior@abrasca.org.br).

Acesse <https://goo.gl/DKuZre> e inscreva-se!

## B3 e Bradesco desenvolvem plataforma em blockchain voltada ao mercado de capitais

A B3 e o Bradesco iniciaram discussões para o desenvolvimento de uma plataforma de registro de ativos, baseada no conceito Distributed Ledger Technology, mais conhecido por blockchain. O desenvolvimento da plataforma se dá no âmbito da R3, empresa de software parceira da B3 e do Bradesco. Esta plataforma é inédita para o mercado financeiro e de capitais. Segundo nota distribuída pela Bolsa, o projeto tem como objetivos: simplificar o processo de registro de CDB; ampliar a eficiência dos proces-

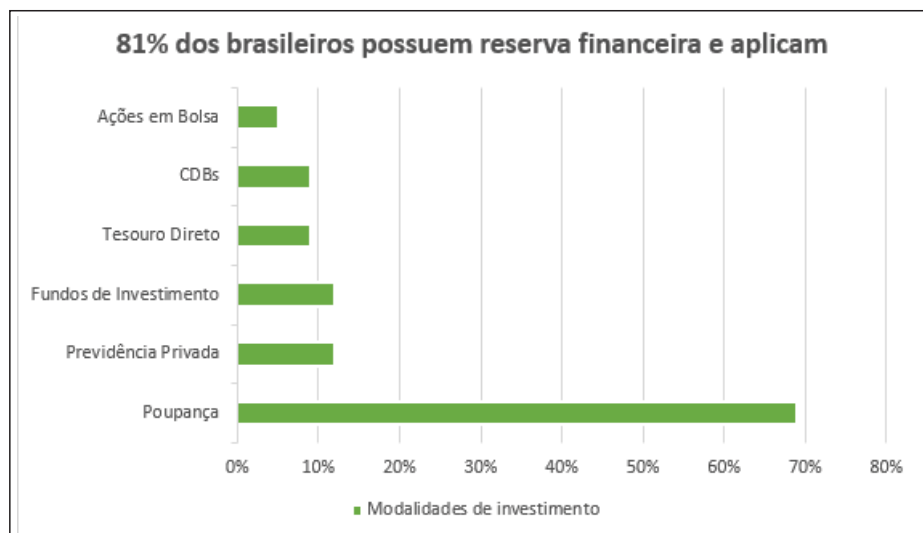
sos existentes; proporcionar inovações tecnológicas; e reduzir esforços e custos de observância por parte de participantes e reguladores.

A iniciativa, concebida e desenvolvida dentro do laboratório do Bradesco - o inovaBra Lab, será aberta para a participação de outras instituições financeiras e fintechs. “Iniciativas como essa reforçam a atuação da B3 junto aos seus clientes na busca por soluções que aprimorem a infraestrutura do mercado e facilitem a execução das atividades no dia a dia”, destaca a nota.

## Pesquisa da CNDL e SPC, com apoio da CVM, revela perfil do investidor brasileiro

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), realizaram pesquisa mostrando que 44% dos investidores consultam a internet como fonte de informações para decisões de como e onde investir. Os influenciadores digitais e youtubers tem grande capacidade de ditar tendências, gerar comentários e engajar internautas presentes no mundo dos investimentos.

De acordo com a pesquisa, na hora de escolher o tipo de investimento, 55% dos brasileiros priorizam aplicações consideradas fáceis de resgatar, ou seja, que têm liquidez. Outras características valorizadas são: baixo risco (52%); facilidade de compreensão (51%); não exigir tanta burocracia na hora de aplicar (50%); poder iniciar o investimento com um aporte inicial baixo (38%); previsibilidade de retorno (38%) e custos ou taxas (37%).



Foi detectado também que 60% dos investidores optam sempre pelo mesmo tipo de aplicação e 24% costumam seguir investimentos de outras pessoas, sem verificar se é o mais indicado para sua situação. As aplicações mais rejeitadas nas quais os entrevistados jamais investiriam foram criptomoedas (33%) e debêntures (28%).

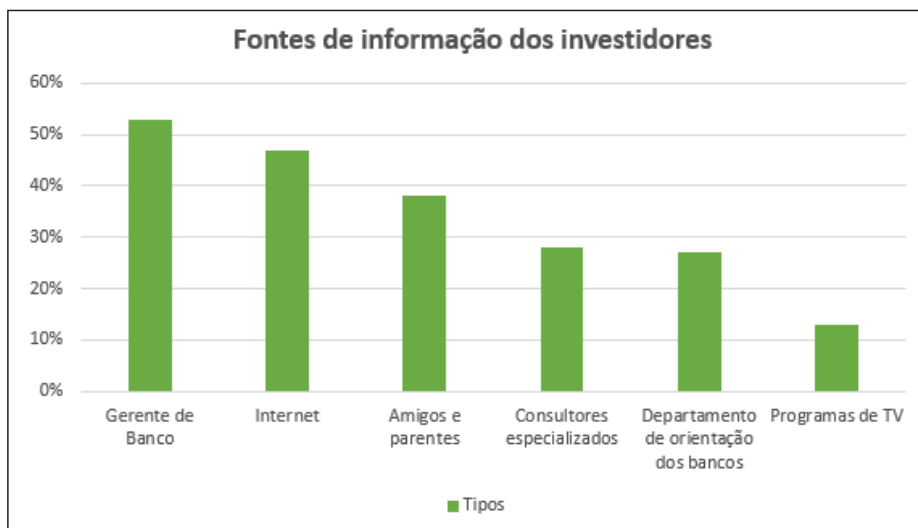
#### Fontes de informação dos investidores

Na hora de escolher como e onde investir, o tradicional gerente de banco e a internet figuram como as fontes de informação mais confiáveis para a maioria dos investidores brasileiros. Segundo o trabalho, 53% dos brasileiros que procuram informações para investir buscam orientações com o gerente do banco em que são correntistas, enquanto 47% consulta na Internet.

O aconselhamento com o gerente é mais comum para as pessoas acima de 55 anos (74%), enquanto a internet ganha força entre os investidores mais jovens (63%).

Investir é uma experiência ainda nova para parte considerável dos entrevistados. Em cada dez investidores, três (31%) entraram para o mundo dos investidores há menos de um ano. Os que investem há mais de três anos somam 40% da amostra e 23% estão entre um e três anos nessa prática.

Em média, cada investidor faz nove aportes em suas aplicações por ano, sendo que 54% são disciplinados e destinam recursos todos os meses. Além disso, para garantir a formação da reserva financeira, 43% fazem investimentos de forma programada e 24% usam plataformas de gestão automatizada, que usam algoritmos para selecionar aplicações mais rentáveis.



### CVM é reeleita para presidir o Comitê da IOSCO de Políticas para Educação e Proteção do Investidor

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi reeleita para presidir o Comitê de Investidores de Varejo (C8) da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) com mandato até 2020. Essa é a terceira vez consecutiva que a autarquia lidera o grupo.

O superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores da CVM, José Alexandre Vasco, destaca a importância da instituição presidir o C8 desde 2016. “Ao longo desses anos,

não só coordenamos como lideramos projetos inovadores, como o estudo sobre a aplicação de insights comportamentais em políticas de educação financeira e de investidores e a primeira campanha mundial de proteção de investidores. O estudo foi o primeiro relatório global de reguladores financeiros orientando sobre o uso de economia comportamental, psicologia econômica e outras ciências comportamentais e sociais em educação”, destacou Vasco.

### Emissões de dívidas atraem empresas para o mercado de capitais

O CEMEC – Centro de Estudos de Mercado de Capitais, divulgou a nota 07/2018, que trata da participação do mercado de capitais no financiamento das empresas no ano terminado em junho de 2018.

O mercado de capitais tem reagido de modo muito positivo à redução da taxa de juros ocorrida desde o início de 2017 e ao novo posicionamento do BNDES, sendo que nos 12 meses encerrados em junho de 2018, o valor das emissões de dívida e ações atingiram R\$ 220 bilhões, sendo R\$ 206 bilhões em instrumentos de dívida corporativa, o maior valor desde 2005. A partir de 2016 o aumento do valor das emissões de dívida mais que compensou a redução dos desembolsos do BNDES.

Destaca-se também o aumento do número de empresas que tem participado do mercado de dívida corporativa, especialmente a partir da ICVM 476, de 2009. A partir desse ano e até 2017, o número acumulado de empresas distintas emitindo notas promissórias ou debêntures em cada ano cresceu mais de 7 vezes, num ritmo de 27% a.a., atingindo 1.241 empresas em 2017. Acredita-se que o mercado de dívida é a porta de entrada das empresas no mercado de capitais.

Acesse o documento completo com gráficos no link: <https://goo.gl/5fvMCx>.

### Abrasca participará do fórum da Receita Federal sobre o eSocial

A Receita Federal realizará o Fórum eSocial, com as empresas piloto do Grupo de Trabalho do SPED, na Superintendência da Receita Federal, em Belo Horizonte, no dia 17 de outubro. A Abrasca vem participando dos debates desse tema e enviará representantes.

A pauta do dia será:

- Novo Cronograma / Resultados
- Implantação Cadastro – CAEPF/CNO;
- DARF Avulso / DCTFWeb x Perdcomp;
- Dívidas Notas Técnicas / Consolidação das Notas Técnicas;
- Propostas de Melhorias; e
- Planilha FAQs.

## Representantes da Abrasca no Fórum SPED ECD, ECF e Central de Balanços

A Receita Federal realiza reunião com as empresas pilotos do Fórum SPED – ECD, ECF e Central de Balanços, no auditório do CFC de Brasília, no dia 10 de outubro. Representam a Abrasca **Silvio Roberto Camargo**, da Klabin, e **Paulo Sergio Almeida Lima**, do Grupo Pão de Açúcar.

Na pauta, novidades da ECD e da ECF para o ano-calendário 2018 e Central de Balanços.

## CANC continua análise de parcerias agrícolas em função do novo IFRS 16

Presentes: Alexandre Furtado (**Abrasca**), Denise Vasconcellos (Biosev), Ellen Cavalcante (Biosev), Dayale Rodarte, Leonardo Fialho e Silvio Camargo (Klabin), Camila Silva, Diego Rui e Marco Bove (Suzano), Vicente Côrtes de Carvalho (Energisa), Renato Rabassi (Araporã Bioenergia), Alexandre Ribeiro e Daniela Florido (Raizen).

O Grupo de Trabalho (GT) da CANC do setor agrícola se reuniu dia 02 de outubro, remotamente por meio da plataforma **Abrasca** de videoconferência e presencialmente na sede da associada Biosev, para continuar a analisar as parcerias agrícolas em função do novo IFRS 16 que trata dos arrendamentos mercantis.

O debate central gira em torno do enquadramento ou não do contrato de parceria agrícola como leasing, nos termos da norma do IFRS 16. Os participantes, utilizando a árvore de decisão do normativo, constataram que a operação usualmente praticada no Brasil, diante de seus contratos, não se caracteriza como leasing, por conta da essência do modelo de negócio, devido ao Estatuto da Terra. No entanto, há necessidade de pacificação desse entendimento com os auditores e CPC.

Nesse sentido, foi feito um novo cronograma de trabalho:

- 03/10 – Minuta de documento jurídico;
- 04/10 – Reunião com parecerista jurídico;

- 05/10 – Minuta de documento contábil com bases jurídicas;

- 09/10 – Reunião com pareceristas;

- 11/10 – Reunião da CANC – Videoconferência GT CANC Agrícola – IFRS 16 – arrendamentos e parcerias agrícolas;

- A partir de 18/10 – Reunião no Ibracon. Não havendo mais assunto a ser debatido, foi encerrada a reunião.

## Notas

### Bradesco adquire controle de empresa de recuperação de crédito

O Bradesco divulgou comunicado informando a compra de 65% da RCB Investimentos, uma das principais empresas do mercado de gestão e recuperação de créditos no Brasil. O objetivo da aquisição é ampliar e melhorar a atuação do banco no mercado de recuperação de créditos. No comunicado, a instituição informou que os fundadores da RCB permanecerão como sócios e se manterão à frente da administração da empresa, juntamente com o Bradesco. Anunciou também a constituição de dois FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) para aquisição de carteiras de créditos não-performados.

### Mindset digital no Conselho de Administração da CVC

A CVC Brasil nomeou três novos conselheiros com grande experiência em operação digital: Cristina Junqueira, co-fundadora do Nubank; Eduardo Pontes, co-fundador da Stone Pagamentos; e Deli Koki Matsuo, um veterano de RH que já trabalhou no Google. O grupo deve ser confirmado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária marcada para o início de novembro.

Com a indicação desses profissionais, o board da CVC terá quatro de seus sete membros com alguma expertise no segmento on-line, pois já conta com Luiz Otávio Furtado, que foi por anos diretor de comércio eletrônico do Grupo Pão de Açúcar (GPA) e CEO da B3. Estão deixando o board da CVC os conselheiros Marília Rocca, Eduardo Garcia e Pedro Janot, além de Guilherme Paulus, o fundador da companhia, afastado do cargo desde março.

A investida da CVC no mundo digital começou em 2015 com a compra da Submarino Viagens. A empresa passou os últimos anos tentando estimular e

valorizar o ativo e só deslançou recentemente. As vendas online cresceram 45% no segundo trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado, o que inclui passagens aéreas e reservas de hotéis.

## Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados** para a semana de **8 a 12 de outubro de 2018**:

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

- **Revogação de Tributos. Combustíveis.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 836/2018 que altera a Lei da contribuição incidente sobre a importação de bens e serviços e a Lei dos incentivos fiscais para a inovação tecnológica, para revogar a tributação especial da contribuição para o PIS/Pasep, Cofins, PIS/Pasep Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. **Acesse em:** <https://goo.gl/tUQVU5>.

- **Participação do Capital Estrangeiro.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.724/2015 que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo. **Acesse em:** <https://goo.gl/FJmdPW>.

- **Cadastro Positivo.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei Complementar nº 441/2017 que altera a Lei do sigilo bancário e a Lei nº 12.414/2011 (disciplina a formação de histórico de crédito) para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores. **Acesse em:** <https://goo.gl/z3BkXh>.

#### Comissões

**Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)**

A CFT realiza em 10 de outubro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

• **Fraude.** O Projeto de Lei nº 2.458/2015 dispõe sobre mecanismos de prevenção contra fraudes envolvendo o uso indevido de nomes empresariais, marcas e outros sinais distintivos de instituições financeiras. O relator deste projeto é o deputado Marco Antônio Cabral (PMDB-RJ). **Acesse em:** <https://goo.gl/2bVC7S>.

• **Tributação de Empresas Recém-Criadas.** O Projeto de Lei Complementar nº 212/2015 altera a Lei do Simples Nacional para permitir descontos nas alíquotas de impostos devidos para as empresas recém-criadas, visando incentivar o empreendedorismo e a formalização de empresas já existentes. O relator deste projeto é o deputado Edmar Arruda (PSD-PR). **Acesse em:** <https://goo.gl/HpLKxQ>.

## SENADO FEDERAL

### Comissões

#### Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJ”)

A CCJ realiza em 10 de outubro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

• **Duplicata Escritural.** O Projeto de Lei da Câmara nº 73/2018 autoriza a emissão de duplicata sob a forma escritural mediante lançamento em sistema eletrônico. O relator do projeto é o senador Armando Monteiro (PTB-PE). **Acesse em:** <https://goo.gl/bgzqgf>.

• **Sociedades Limitadas.** O Projeto de Lei da Câmara nº 31/2018 altera o Código Civil para modificar a disciplina da sociedade limitada, afastando a exigência de reunião especial para a exclusão por justa causa de sócio

minoritário em caso de sociedade com apenas dois sócios, e reduzindo o quórum para destituição do exercício do cargo de administrador em caso de sócio nomeado para exercê-lo no contrato. O relator do projeto é o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). **Acesse em:** <https://goo.gl/KdJVNU>.

• **Processo Administrativo. Suspensão de Prazo.** O Projeto de Lei do Senado nº 35/2018 altera a Lei do Processo Administrativo Federal para estabelecer a suspensão dos prazos no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro e a contagem dos prazos apenas em dias úteis. A relatora do projeto é a senadora Marta Suplicy (MDB-SP). **Acesse em:** <https://goo.gl/fffeHU>.

## NOVOS PROJETOS DE LEI

Seguem abaixo as novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que são de interesse ao ambiente empresarial.

### Câmara dos Deputados

• **Limite de Despesa. Servidor Público.** O Projeto de Lei Complementar nº 536/2018 altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para excluir os servidores cedidos a outros entes da Federação do limite da despesa total com pessoal. **Acesse em:** <https://goo.gl/9PnKmh>.

• **Prazos Eleitorais.** O Projeto de Lei Complementar nº 537/2018 altera a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de inelegibilidade e prazos de cessação) para instituir, fora do período eleitoral, a contagem de prazos dos procedimentos eleitorais em dias úteis. **Acesse em:** <https://goo.gl/1o8cyc>.

### Senado Federal

• **Planos de Saúde. Tratamento de Tabagismo.** O Projeto de Lei do Se-

nado nº 363/2018 altera a Lei dos Planos de Saúde para incluir o tratamento do tabagismo, inclusive o medicamento, entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde. **Acesse em:** <https://goo.gl/Zqwehj>.

• **Empate em Sociedades.** O Projeto de Lei do Senado nº 366/2018 altera o Código Civil para determinar que, no caso de empate na deliberação dos sócios, competirá ao juiz a decisão. **Acesse em:** <https://goo.gl/MF5JKH>.

• **Prazo de Mora do Mutuário.** O Projeto de Lei do Senado nº 369/2018 altera a Lei do Sistema de Financiamento Imobiliário a fim de estabelecer o prazo mínimo de 12 meses de mora do mutuário para a consolidação da propriedade do imóvel no fiduciário. **Acesse em:** <https://goo.gl/uuWykz>.

• **Processo Civil.** O Projeto de Lei do Senado nº 371/2018 altera o Código de Processo Civil para determinar que a imposição de medidas judiciais deva guardar relação de pertinência, conexão, adequação, proporcionalidade, utilidade e razoabilidade com o resultado a ser pretendido por meio do processo. **Acesse em:** <https://goo.gl/tihqh1>.

• **Crédito Tributário.** O Projeto de Lei do Senado nº 372/2018 altera o Código Tributário Nacional para estabelecer que a penhora de faturamento em acordo homologado judicialmente suspende a exigibilidade do crédito tributário. **Acesse em:** <https://goo.gl/ZGo8nE>.

• **Compliance em Partidos Políticos.** O Projeto de Lei do Senado nº 379/2018 altera a Lei da Lavagem de Dinheiro para incluir a obrigação dos partidos políticos de se submeterem as regras e penas prevista nesta Lei. **Acesse em:** <https://goo.gl/FQMzfW>.

• **Sacolas Plásticas.** O Projeto de Lei do Senado nº 382/2018 proíbe a produção, importação, exportação, comercialização e distribuição de sacolas plásticas. **Acesse em:** <https://goo.gl/eC2mfB>.

## Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018/2019

Evento	Data	Local
Reunião do Conselho Diretor	29/11/18	Lobo De Rizzo Advogados (SP)
Reunião da Diretoria	17/01/19	BMA Advogados (RJ)
Reunião da Diretoria	14/03/19	SP
Reunião do Conselho Diretor	02/05/19	SP